



**CAPÍTULO LATINO-AMERICANO da
REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMÉRCIO**

Boletim nº8 **Abril/Maio** 2008

Em Resumo...

Bilaterais América Latina e União Européia

* **V Cúpula América Latina, Caribe e União Européia:** entre fotos e declarações, os representantes da União Européia se reuniram com os blocos regionais, México e Chile, para impulsionar os Acordos de Associação (AdA) na região.

* **Cúpula dos Povos, Enlaçando Alternativas III:** na declaração se afirma “*O discurso sobre Cooperação e Diálogo Político é a isca que esconde o anzol dos interesses das corporações*”. O Ponto Focal da IGTN na Guatemala distribuiu “O ABC do Acordo de Associação entre a União Européia e a América Central: Guia prático para analisar esta negociação”, também disponível em espanhol e inglês em: www.igttn.org/page/820.

Regionais

* **Nova pesquisa do Capítulo Latino-americano da IGTN** afirma: “O comércio internacional não é uma fonte direta de emprego e em particular, não o é de emprego feminino.”

* **A iniciativa do Banco do Sul:** Algumas diferenças entre os países envolvidos no processo de criação do Banco constituem fatores centrais para entender os atrasos na implementação da iniciativa.

* **Nasceu a UNASUL:** No dia 23 de maio, em Brasília, nasceu a União Sul-Americana de Nações. Doze países latino-americanos assinaram o Tratado Constitutivo.

A IGTN em ação

* **As Mulheres Rurais se encontram:** O Ponto Focal da IGTN na Argentina e no Uruguai realizaram oficinas de capacitação com grupos mulheres rurais. Trabalhou-se sobre as relações entre o comércio internacional, a agricultura familiar e as desigualdades de gênero no meio rural.

Glossário:

* Ferramentas para esclarecer alguns **conceitos** que se encontram no boletim: *Acordo de Associação, Commodities, Conteúdo do Emprego, Economia do Cuidado, Emprego ameaçado pelas importações, Organização Mundial do Comércio, Segregação por sexo, Sistema Generalizado de Preferências.*

Boletim elaborado pelo Capítulo Latino-Americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio, com o apoio da UNIFEM. As notícias procedem de notas de imprensa de meios locais e internacionais, entre outras: Resumo de Imprensa da OXFAM e Boletim Pontes de ICTSD.

Para assinatura ou cancelamento: boletinigttn@adinet.com.uy

Para ler boletins anteriores: www.generoycomercio.org

Editora Responsável: Nicole Bidegain

Tradução: Vivian Costa – Instituto EQUIT / IGTN Brasil.

Bilaterais América Latina e União Européia

V Cúpula de Chefes-as de Estado da América Latina, Caribe e União Européia: Foto, Declaração e Comércio

De 15 a 17 de maio se realizou, em Lima/Peru, a V Cúpula de Chefes-as de Estado da América Latina, Caribe e União Européia. Os dois eixos temáticos abordados oficialmente foram: pobreza, desigualdade e inclusão, e desenvolvimento sustentável, meio ambiente, mudança climática e energia.

A Cúpula Oficial

A Cúpula cumpriu com todos os requisitos esperados para esse tipo de evento; os funcionários de ambas as regiões negociaram o texto da "Declaração de Lima" com antecipação. Houve mecanismos de segurança extremos que tiveram impacto na vida das e dos Limenhos. A Cúpula empresarial foi uma oportunidade para fechar negócios na região. Diversos meios de comunicação fizeram a cobertura do evento, e os presidentes fizeram declarações sobre as desigualdades na região, mudanças climáticas e tiraram a foto. Também estiveram presentes os movimentos sociais, mas da "calçada em frente". A Cúpula dos Povos – Enlaçando Alternativas III, reuniu ativistas de ambas as regiões e apesar da pertinência das demandas e propostas apresentadas sob a forma de declaração, poucos meios se aproximaram.

O que sim marca uma diferença com as cúpulas bi-regionais anteriores é o momento político das duas regiões. Por um lado, temos uma América Latina distinta: com governos de direita, governos progressistas e governos de esquerda; com países que assinaram Tratados de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e também com novas institucionalidades regionais, como a UNASUL e Banco do Sul. Por outro lado, temos uma União Européia (UE) que está mais do que nunca determinada a impulsionar os *Acordos de Associação (AdA)** que contêm um capítulo sobre diálogo político, um capítulo de cooperação e um capítulo comercial. Este último não se diferencia em nada dos TLCs. Em outubro de 2006, o Comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, impulsiona a nova estratégia comercial do bloco "Uma Europa

Global: competir no mundo." Este documento enfatiza a necessidade de assegurar a abertura dos mercados em diferentes regiões às grandes empresas européias. Além disso, aprofunda a agenda a ser negociada na *Organização Mundial do Comércio (OMC)**, por exemplo, convocando para a eliminação de todas as formas de barreiras não-tarifárias e para avançar em novas áreas, como os direitos de propriedade intelectual, serviços, investimentos e contratos públicos.

"Una Europa Global" sobrevoa a região

"Uma Europa Global" se materializa nas negociações que a UE vem trazendo a cabo com os distintos blocos e países.

Comunidade Andina de Nações (CAN) - UE

No marco da Cúpula de Lima, os países da CAN e a UE chegaram a um "acordo marco flexível" para a associação dos blocos. Esta modalidade permite que cada país da CAN possa escolher se entra ou não em cada um dos três aspectos do Acordo de Associação (comercial, político e cooperação) segundo suas próprias possibilidades, velocidades e interesses. Isso se deve principalmente às diferenças entre Peru e Colômbia, por um lado, e Bolívia e Equador, por outro. É claro que Peru e Colômbia - países que tem aprovado e em trâmite, respectivamente, TLC com os Estados Unidos - estão dispostos a avançar nas três áreas do AdA. Por outro lado, Equador e Bolívia preferem concentrar a atenção no capítulo político e de cooperação. "Queremos um comércio justo e os TLCs não são vantajosos para os nossos povos", disse Evo Morales em uma conferência de imprensa. No próximo 12 de junho haverá uma reunião de negociadores e pretende-se concretizar a acordo em 2009.

América Central /AC- UE

O diálogo político e econômico entre a América Central (AC) e a União Europeia vem se desenvolvendo desde 1984 com diferentes intensidades. Na III Cúpula UE-ALC, em Guadalajara, ficou acordado estabelecer um Acordo de Associação entre as duas regiões. Na IV Cúpula de Viena, se foi aprovada o início das negociações. Nesta altura do campeonato, as "letras pequenas" estão sendo negociadas e há muito para debate.

"A União Europeia oferece um acordo de segunda categoria e pede, em troca, algo de primeira", queixou-se, de Lima, o negociador-chefe da equipe da Costa Rica, Roberto Echandi.

No mini-cúpula, os negociadores europeus propuseram que a AC abrisse 90% do seu mercado para o livre acesso aos produtos europeus. Em troca propõem consolidar o *Sistema de Preferências Generalizadas** (SPG +). Este sistema elimina o pagamento total ou parcial de tarifas de alguns produtos da América Central. Mas as propostas de redução de tarifas não são muito significativas, nem generalizadas e além disso, não estão incluídos produtos-chave para a região, como a banana, a mandioca e o açúcar. Neste clima, o Panamá aderiu às negociações. A próxima rodada será realizada em julho, em Bruxelas.

Também está sobre a mesa a controvérsia instalada na OMC pelo caso da banana. Mediante os Acordos de Associação Econômica da UE com os países da África, Caribe e Pacífico, a banana destas regiões entra com tarifa 0 no mercado europeu. Por outro lado, os países latino-americanos têm que pagar uma tarifa de 176 euros por tonelada. Isto gera uma grande distorção do comércio. A OMC sentenciou a favor do Equador e também dos Estados Unidos, quando apresentaram este caso contra a UE. Os europeus apelaram argumentando que esse regime foi abolido no princípio do ano.

MERCOSUL-UE

A reunião entre o Mercosul e a Troika da União Europeia deixou claro o estado da situação. As negociações estão paralisadas

e não se avançará enquanto não se concluir a Rodada de Doha para o Desenvolvimento da OMC. Isso transparece no comunicado conjunto que foi distribuído após a reunião: "Ambas as partes manifestaram seu compromisso com o processo da Rodada de Doha, e destacaram seu interesse político em convergir em direção a um acordo ambicioso e equilibrado". O principal ponto de entrave das negociações, há alguns anos atrás, diz respeito a tarifas agrícolas e industriais. Parece que a UE não será flexível em matéria de comércio agrícola se o Mercosul não fizer concessões. A presidenta da Argentina - e Presidente Pro Tempore do Mercosul -, Fernandez, disse que não se recusa a rever suas tarifas industriais, mas a questão é ver quanto e evidenciar as assimetrias entre os dois blocos.

Chile-UE e México-UE

Nas respectivas reuniões, os europeus alegaram que os AdAs já assinados com o Chile e México foram positivos para cada uma das partes. No caso do México, a UE o declarou como parceiro estratégico, status que apenas o Brasil tem na região.

Segundo o relatório "Tratamento Injusto: Os acordos comerciais injustos entre a UE com o México e a África do Sul", do Movimento Mundial para o Desenvolvimento, o AdA aprofundou os impactos negativos que o povo mexicano já vinha sofrendo com o Tratado de Livre-comércio da América do Norte. O acordo vai além da OMC, por exemplo, no caso de serviços e de investimento. Parece ter servido em apenas um sentido, já que somente se destaca o aumento das importações provenientes da UE. O relatório afirma que o setor bancário mexicano tem sido dominado por poucos bancos estrangeiros e, como resultado, a taxa de juros aumentou e o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas e para os pequenos agricultores foi reduzido.

Para acessar o relatório completo:

www.wdm.org.uk/tratoinjusto



A outra Cúpula

A Cúpula dos Povos Enlazando Alternativas III aconteceu de 13 a 16 de maio de 2008, em Lima, em paralelo à Cúpula dos Chefes de Estado da ALC-UE. Foi um momento de encontro, debate e de elaborar propostas.

"O discurso sobre Cooperação e Diálogo Político é a isca que esconde o anzol dos interesses das corporações."

A Declaração da Cúpula dos Povos refere-se aos AdAs dizendo: "Apesar de que se pretende ocultar sua natureza incorporando temas de cooperação e diálogo político, a essência da proposta é abrir os mercados de capitais, bens e serviços, proteger o investimento estrangeiro e reduzir a capacidade do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social". Também afirma: "Os Acordos de Associação que a UE assinou com o México e Chile têm agravado as desigualdades e mostram o caminho que seguirão quem assinar estes acordos na América Central, na Comunidade Andina de Nações e no

Mercosul, cujas negociações se quer ressuscitar. Para os países do Caribe, estes acordos - recentemente assinados - aumentarão a dependência e a vulnerabilidade das suas economias, ao mesmo tempo em que quebram a dinâmica da integração sub-regional".

Para acessar a declaração completa: <http://www.enlazandoalternativas.org/spip.php?article194>

O Capítulo Latino-americano da IGTN esteve presente na Cúpula e Norma Maldonado, do Ponto Focal na Guatemala, aproveitou para distribuir "O ABC do Acordo de Associação da UE-AC, um guia prático para discutir estas negociações."

Ver documento – em espanhol - anexado ao boletim.

Regionais

"O comércio internacional não é uma fonte direta de emprego e, em particular, não o é de emprego feminino."

Este é um dos resultados da pesquisa "Comércio, Gênero e Eqüidade na América Latina: Gerando conhecimento para a ação política", realizada pela IGTN-LA na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Uruguai.

A pesquisa analisou o *conteúdo do emprego** por sexo e nível de escolaridade associado ao comércio exterior e analisou as instituições e os arranjos familiares que se encarregam do funcionamento da *economia do cuidado** nesses 6 países. Baseia-se em uma abordagem que procura articular níveis "macro-meso-micro" da economia. Esta pesquisa foi apoiada pelo IDRC.

Entre os resultados destacamos:

Questão de quantidade

- A quantidade de emprego criada pelo comércio internacional (exportações e importações) é pequena e é ainda menor para o caso das mulheres. Na Argentina, Brasil e Uruguai, apenas ¼ do emprego

gerado é feminino. No Chile, a porcentagem é ainda menor.

- O nível baixo de emprego feminino nas exportações é explicado pela especialização na produção dos países analisados. Com exceção do México, todos os países exportam bens primários ou de escassa elaboração nacional em setores que, por sua vez, são predominantemente masculinos. Por exemplo, no Chile mais de 50% de suas vendas consiste na extração de metais, silvicultura, pesca e seu processamento, agricultura e caça. O mesmo ocorre no Brasil, onde os principais itens de exportação são alimentos, material de transporte, metalurgia e siderurgia.

Questão de qualidade

- Uma alta proporção das mulheres ocupadas nos setores exportadores dos países do Sul apresenta falta de cobertura da segurança social.
- O emprego feminino vinculado às exportações revela que predomina a mão-de-obra com escolaridade média (8 a 11 anos), seguida pela baixa (inferior a 8 anos). Como vimos, o padrão de especialização produtiva não demanda altas qualificações já que se exportam bens de baixo valor agregado.
- O emprego feminino vinculado às importações demanda níveis de escolaridade um pouco mais elevados. Isso também explica o padrão de especialização produtiva: estes países são importadores de bens que requerem direta e indiretamente trabalhadoras/es especializadas/os.
- Os níveis de escolaridade são mais baixos do que o nível médio da economia.

Depende com quem você se junta

- As regiões que implicam um maior nível educacional de emprego para as exportações são: o MERCOSUL e a Venezuela, seguido dos Estados Unidos e finalmente a União Européia. Isto reflete novamente a característica do

modelo de intercâmbio norte-sul especializado em bens primários.

- Por exemplo, para Argentina, Brasil e Uruguai, as importações da UE e dos EUA afetam os postos de trabalho femininos de nível educacional médio e alto.
- Para a Colômbia, que concentra seu comércio nos EUA, nas exportações o emprego é de baixa qualificação, enquanto nas importações trata-se de empregos de média e alta escolaridade que são *ameaçados** pelas compras.

Cuidado não cuidado

- Somente no Chile medidas para atender as necessidades de cuidado dos filhos/as das mulheres que trabalham no setor da silvicultura, cuja safra trabalhista é na época de férias escolares, começaram a ser instrumentadas. Também há a promoção de extensão da jornada escolar em todos os centros educativos.
- Na Argentina, Chile e Uruguai a carga dos adultos maiores está acentuada por serem países com população envelhecida e não haver políticas públicas específicas para atender esta situação.
- As legislações trabalhistas não se adequaram para conciliar a vida familiar e a vida trabalhista de homens e mulheres. Determinadas leis atendem basicamente a situação das mulheres nos períodos de gestação, parto e lactação. Existem alguns avanços em licenças por paternidade.
- A provisão privada de cuidado se oferece através de creches, escolas de tempo integral, centros para a atenção de pessoas dependentes, etc. O consumo destes serviços no Brasil, Chile e Uruguai corresponde a uma maior inserção trabalhista das mulheres. Isto é, há desigualdade de acesso a estes serviços, causado pelas desigualdades de oportunidades trabalhistas.

- Nos lares, a distribuição de responsabilidades do cuidado recai majoritariamente sobre as mulheres. No Uruguai, 84% e na Argentina, 78% dos/as responsáveis dos lares são mulheres. No Brasil, 91% das mulheres ocupadas realizam tarefas domésticas e lhe dedicam em média 20,8 horas semanais, frente a 51% dos homens ocupados que dedicam 9 horas semanais em média. No México, 95,6% das mulheres que participam de forma ativa no mercado de trabalho realizam trabalho doméstico e isso lhes absorve 30 horas semanais; enquanto só 58% dos homens realizam estas tarefas e lhe dedicam 9 horas por semana.

O trabalho conclui que o comércio na região não contribuiu para romper a *segregação de gênero**, nem aproveitou as qualificações da oferta de trabalho feminina. Isto não vai ser possível na medida em que não se alcançam maiores níveis de diversificação produtiva e de vontade política para implementar medidas de igualdade de oportunidades.

Nestas condições, parece difícil pensar que o comércio por si mesmo seja um veículo que contribua à equidade social e de gênero.

Em paralelo, a análise da economia do cuidado mostra que, ainda quando as políticas comerciais são bem-sucedidas na criação de emprego e, em particular, de emprego feminino, **se as políticas públicas não atendem a esfera reprodutiva, isso não é suficiente para alcançar um impacto positivo em termos de equidade social e de gênero.**

Isto implica que as decisões políticas do âmbito macroeconômico têm que contemplar a esfera meso-econômica (mercado de emprego e economia do cuidado) para assim superar as iniquidades entre homens e mulheres vinculadas ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado.

Para acessar os relatórios da investigação, visitar:

<http://www.generoycomercio.org/investigacion.html>

Do Conhecimento à Ação



Nos dias 17 e 18 de abril foi realizada, em Montevidéu, a oficina de Planejamento Participativo, “Comércio, Gênero e Equidade na América Latina: elaborando um plano para a incidência”, organizada pela IGTN-LA, com o apoio do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento – IDRC, sigla em inglês, e a facilitação do CIPPEC - Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento.

A oficina reuniu os pontos focais do Capítulo Latino-americano da IGTN e as pesquisadoras associadas que participaram do estudo para refletir sobre os resultados e elaborar um plano de incidência regional e nacional. Entre os espaços identificados para a incidência foram apontados: os Mecanismos da Mulher em nível nacional e

a Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL, o Conselho de Ministras da Mulher da América Central e as Mulheres Parlamentares da Região Andina, em nível regional.

A iniciativa do Banco do Sul

Ruth Espínola Soriano de Mello¹

Resumo_ artigo completo disponível em:
(português) www.igtn.org/page/816
(inglês) www.igtn.org/page/814*

Descompassos para acertar o passo

Após sucessivos adiamentos ao longo de 2007, o Banco do Sul foi formalmente criado, em Buenos Aires, no dia 9 de Dezembro de 2007, quando Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela assinaram a sua carta de fundação. Naquele momento foi estabelecido um prazo de 60 dias para que os países membros dessa nova instituição financeira latino-americana definissem seus estatutos (objetivos, funcionamento, estrutura, entre outros). No entanto, o tema foi restabelecido apenas recentemente, em Montevidéu, em 25 de abril, em uma reunião de ministros de economia dos países membros².

Destacam-se importantes divergências entre os países envolvidos no processo de criação do Banco que constituem fatores centrais no sentido de justificar tais adiamentos e atrasos na implementação da iniciativa.

1. O papel do Banco

Neste cenário, o Equador tem apresentado um comportamento mais progressista no que diz respeito ao Banco. Para este país, a entidade deveria ter função de um banco central regional “impulsionando uma nova estratégia de desenvolvimento soberano, com foco em alcançar a soberania alimentar e energética, com programação industrial da produção de medicamentos genéricos,

microcrédito e outras formas de apoio à economia popular” (PAEZ, 2007)³.

Não obstante, o representante brasileiro na comissão técnica do Banco do Sul afirmou que o perfil da entidade seria de “desenvolvimento clássico, que privilegie operações de financiamento de projetos de infra-estrutura da região, (...) projetos de integração produtiva, ou seja, empreendimentos em conjunto com os países, compartilhando capitais, tecnologias, mão-de-obra”. (MELIN DE CARVALHO, 2007)⁴

Até o presente momento, segundo os termos consensuados na carta de fundação do Banco, a estrutura da nova arquitetura financeira da região será a de um banco de desenvolvimento que financie setores estratégicos da economia regional, que apóie o desenvolvimento científico e tecnológico, como também projetos que busquem reduzir a pobreza. Sua sede será em Caracas e haverá escritórios em Buenos Aires e La Paz.

2. A composição do estoque de capital

O montante que cada país membro deverá desembolsar tem sido um tanto controverso. Na recente reunião, realizada em Montevidéu, foi definido que os três maiores países deverão alocar US\$ 2 Bilhões cada. O Uruguai e o Equador devem contribuir com US\$ 400 Milhões cada, enquanto que o Paraguai e a Bolívia US\$ 100 Milhões cada um. Assim, o Banco do Sul poderia iniciar suas atividades com US\$ 7 Bilhões e um capital autorizado de US\$ 20 Bilhões, que seria obtido a partir de sucessivas subscrições por parte dos países membros ao longo de 5 anos, para o caso do Brasil, Argentina e Venezuela, e de 10 anos para os demais.

A nova instituição terá 10% de seu capital em moeda local e o restante em moeda estrangeira. Cabe ressaltar que estas propostas devem ser consideradas pelas autoridades argentinas que não se encontravam presentes na reunião.

¹ Economista do Instituto Equit/Ponto focal da IGTN no Brasil; ruth@igtn.org

² O ministro da fazenda da Argentina renunciara no dia anterior à reunião e este país não foi representado.

³ PAEZ, Pedro. “Por um banco de um novo tipo”. Entrevista concedida ao Jornal dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, novembro de 2007, pg. 11-13.

⁴ MELIN DE CARVALHO, Luiz Eduardo. Transcrição de audiência pública realizada na Comissão de Finanças e Tributação no Congresso Nacional em 06/12/2007.

3. A tomada de decisões

Uma outra questão controversa se refere ao processo de tomada de decisões sobre os projetos a serem aprovados. Este tema não foi discutido na reunião de Montevideu. O sistema "um país, um voto" foi recomendado no sentido de que é uma instituição financeira regional que busca reduzir as assimetrias econômicas. No entanto, a proposta de "um dólar, um voto" na qual o montante desembolsado por cada país determinaria o peso de seu voto nas decisões do banco, também está na mesa de negociações.

4. Contexto de concepção do Banco

É importante destacar que não é por acaso que a proposta do Banco surge no mesmo momento em que diferentes setores vêm demandando uma reforma na arquitetura financeira global. Recentemente, mediante processos eleitorais na região, vários países elegeram governos com mandatos que rejeitaram políticas econômicas estimuladas nas últimas décadas pelas Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional). Alguns países adiantaram o pagamento de suas dívidas com tais instituições. Primeiro a Argentina e Brasil, seguidos posteriormente pelo Uruguai e Equador. Este cenário só foi possível devido ao crescimento econômico registrado pelos países da região, alcançado pelo aumento dos preços das suas commodities* e pelo aumento do consumo

das famílias proporcionado pela maior disponibilidade de crédito.

5. Desafios para se defrontar

Ninguém questiona a importância desta iniciativa que busca impulsionar o desenvolvimento da América Latina (já que seu escopo ultrapassa o alcance de um simples banco de fomento regional). O Banco pode vir a ser um meio para que os países da região projetem seu próprio crescimento econômico.

Contudo, parece que a fundação e a consolidação desta nova instituição regional dependem das negociações em curso. Infelizmente, até o momento, estas negociações carecem de transparência já que têm se restringido às autoridades executivas nacionais, estando longe dos Parlamentos, da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Está previsto, para 2008, ano em que o Banco supostamente já estará operando que, finalmente os poderes legislativos dos países membros terão um papel relevante a desempenhar no sentido de aprovar a criação do Banco do Sul. Este será um momento oportuno para que os cidadãos e cidadãs pressionem seus governos pela adoção de posições democráticas, aprovelem projetos que busquem a equidade, diminuindo as assimetrias regionais e que visem um modelo de desenvolvimento novo e realmente autônomo, para a região e as nações envolvidas.

Nasceu a UNASUL

No dia 23 de maio, em Brasília, nasceu a União Sul-Americana de Nações (UNASUL). Doze países latino-americanos assinaram o Tratado Constitutivo: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Embora o evento tenha mostrado um grande entusiasmo, existem algumas tensões dentro da região que se traduzem, por exemplo, em uma CAN fracionada e na renúncia do Secretário-geral e ex-presidente equatoriano, Rodrigo Borja, por discrepâncias no modelo de integração.

A nova institucionalidade compreende um Conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, que se reunirão anualmente, um

Conselho de Chanceleres e um Conselho de Delegados e Delegadas. A Secretaria-geral da UNASUL está em Quito e o Parlamento Regional funcionará em Cochabamba, Bolívia.

O Brasil já lançou várias propostas que serão discutidas mais adiante, entre elas, a instauração de uma moeda única regional e a articulação das políticas de defesa em nível regional.

Mais informação disponível em:

<http://www.comunidadandina.org/sudamerica.htm>

A IGTN em Ação

Mulheres rurais se encontram

O Ponto Focal da IGTN na Argentina e no Uruguai realizaram oficinas de capacitação com grupos de mulheres rurais. Trabalhou-se sobre as relações entre o comércio internacional, a agricultura familiar e as desigualdades de gênero no meio rural.

Em Rosário-Argentina



Nos dias 28 e 29 de abril foi realizada em Rosário, Argentina, a oficina “Integração Regional, Comércio e Agricultura Familiar”, organizada pelo Ponto Focal da IGTN na Argentina e apoiada pela ActionAid. A mesma reuniu 20 mulheres pertencentes a organizações camponesas de diferentes províncias do nordeste argentino: Entre Ríos, Formosa, Chaco, Misiones, Corrientes e Santa Fé. Discutiuiu-se sobre os processos estruturais que estão afetando a vida cotidiana dos grupos de camponeses: extensão das monoculturas, mecanização da produção, monopólio das cadeias de distribuição e consumo, falta de políticas de defesa de uma soberania alimentar para o país. Também se refletiu sobre as dinâmicas e potencialidades da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF) do MERCOSUL como espaço para divulgar e fomentar a adoção de políticas de apoio à mulher rural e às organizações de mulheres rurais.

Relatório completo disponível em:
<http://www.generoycomercio.org/2008.html>

Em Montevédu- Uruguai.

Nos dias 9 e 10 de maio aconteceu em Montevédu, Uruguai, a oficina “Integração Regional e Agricultura Familiar: Um olhar a partir das Mulheres Rurais”, organizada pelo Ponto Focal da IGTN no Uruguai e apoiada pela ActionAid. A oficina reuniu 21 mulheres da AMRU - Associação de Mulheres Rurais do Uruguai, Rede de Mulheres Rurais e da Federação Rural.

Trabalhou-se sobre as conexões entre o sistema econômico e a ordem de gênero, incluindo especialmente o aporte das mulheres à Economia com o trabalho não remunerado e o uso do tempo nas atividades do cuidado. Foram também expostos os desafios em termos de soberania e segurança alimentar, concentração da terra e monoculturas no país. Também foi exposta a problemática da invisibilidade das mulheres rurais nas estatísticas estatais e por último, foi assinalada a importância de uma agenda comum e uma voz unida das mulheres rurais no marco da REAF do Mercosul. Está sendo elaborada uma declaração - com as diferentes propostas da oficina - que será apresentada na próxima reunião da REAF - Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul.



Glossário

***Acordo de Associação (UE):** acordo estabelecido entre a União Europeia e um sócio comercial ou uma região, que inclui um capítulo de diálogo político e outro de cooperação, mas fundamentalmente é um acordo comercial. Pretende avançar na liberalização do comércio, incluindo temas de negociação como compras públicas, investimentos e direitos de propriedade intelectual.

***Commodities:** são matérias-primas ou bens primários. Seu valor se deriva do direito do proprietário de comercializá-los já que são bens 'genéricos', isto é, que não é possível diferenciar entre si já que não possuem valor agregado. Exemplos de commodities são o trigo, a soja, o milho, petróleo, metais.

***Conteúdo do emprego:** é a força de trabalho ocupada em empregos (postos de trabalho) gerados pelas exportações totais ou potencialmente deslocados pelas importações.

***Economia do cuidado:** é o espaço de bens, serviços, atividades, relações e valores que permitem cumprir com as necessidades mais básicas para a existência e a reprodução das pessoas. Se bem uma parte muito considerável destes serviços é prestada nos lares, com base no trabalho não remunerado das mulheres, também são oferecidos pelo setor público e pelo mercado. O uso do termo "economia do cuidado" enfatiza que estes bens ou serviços geram ou contribuem para gerar valor econômico.

***Emprego ameaçado pelas importações:** postos de trabalhos nacionais que podem ser afetados pelas importações.

***Organização Mundial do Comércio (OMC):** organização que se ocupa das normas que regem o comércio entre os países em nível mundial. Fundou-se em 1995, embora seja sucessora dos acordos realizados no marco do GATT. A OMC trabalha em quatro áreas: o comércio de bens, o comércio de serviços, os direitos de propriedade intelectual e os investimentos. www.wto.org

***Segregação ocupacional por sexo:** concentração das pessoas de um sexo (em geral as mulheres) em determinados setores de atividade. No entanto, os homens se encontram distribuídos nos diferentes setores. A segregação se deve em parte pela discriminação das mulheres no âmbito trabalhista, onde se considera que há trabalhos e setores de atividade 'aptos para mulheres' e outros que não. Geralmente a segregação trabalhista por sexo reduz as oportunidades de emprego, de carreira trabalhista das mulheres e mantém os salários femininos mais baixos do que os dos homens.

***Sistema Generalizado de Preferências (SGP):** permite que determinados produtos de países em desenvolvimento acessem mercados de países desenvolvidos, neste caso europeus, com tarifas reduzidas ou nulas.